



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO ART. 75, INCISO II, LEI FEDERAL N.º 14.133/2021

EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0033444
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

1. PREÂMBULO - Torna-se público que o Município de Fronteira, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção Humana/FMAS, realizará Dispensa Eletrônica de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, na hipótese do art. 75, INCISO II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 6.956/2023 e demais legislações aplicáveis.

Início de Recebimento de Propostas: 11h00min do dia 09/06/2026

Recebimento de propostas: até as 07h59min do dia 12/06/2026;

Início e Finalização da Fase de Lances: 12/06/2026 - 08h00min - 14h00min;

Abertura das propostas e início da fase de lances: 08h00min de 12/06/2026, em sessão pública a ser realizada na plataforma de licitações www.licitanet.com.br.

1.1. O Aviso de Contratação Direta e seus Anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Fronteira/MG; através do endereço eletrônico www.fronteira.mg.gov.br, na Plataforma de Licitações LICITANET, através do endereço eletrônico www.licitanet.com.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Fronteira, em dias e horários de expediente (08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min), a partir da data de sua publicação.

2. OBJETO - O presente desta Dispensa Eletrônica é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA EXIBIÇÃO DE CINEMA ITINERANTE AO AR LIVRE, A SER REALIZADA DURANTE A CAMPANHA COM O TEMA "TRABALHO INFANTIL", VINCULADA ÀS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – AEPETI.

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO - Poderão participar desta Dispensa Eletrônica de Licitação, todas as empresas legalmente constituídas, do ramo pertinente ao objeto licitado, que satisfaçam as exigências fixadas neste Aviso.

3.1. Esta Dispensa Eletrônica de Licitação, destina-se à participação exclusiva de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

3.2. Empresas que atenderem o item 3 deste Aviso e até às 07h59min do dia 12/06/2026, encaminharemos as suas propostas de preços, na forma prevista neste Aviso de Dispensa Eletrônica, junto ao **SISTEMA DE ELETRÔNICO (LICITAÇÕES) DA LICITANET** – www.licitanet.com.br.

3.3. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade dos bens a serem adquiridos, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



3.4. SUBCONTRATAÇÃO: É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, a contratada deverá realizar diretamente todos os serviços especificados, garantindo que todas as responsabilidades contratuais sejam cumpridas sem a delegação a terceiros.

4. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITANET - As pessoas jurídicas interessadas deverão nomear, através do Termo de Credenciamento, operador devidamente habilitado pela LICITANET, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.licitanet.com.br.

4.1. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à LICITANET a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5. ABERTURA DAS PROPOSTAS - A partir do horário previsto no preâmbulo deste Aviso de Dispensa Eletrônica, será iniciada a fase de análise das propostas, com a divulgação das propostas de preços recebidas, **vedada a identificação do fornecedor**;

5.1. Caso não haja inclusão de nenhuma proposta no LICITANET será considerada como vencedora a empresa que cotou o menor valor obtido na realização da pesquisa de preços, pelo Departamento de Compras.

5.2. O preenchimento da proposta eletrônica deverá, obrigatoriamente, ser feito por meio do sistema LICITANET.

5.3. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública da Dispensa Eletrônica de Licitação. Em caso de ausência ou divergência desta informação, prevalecerá a estabelecida no Aviso de Dispensa Eletrônica de Licitação.

5.4. O valor ofertado será considerado completo e abrange todos os tributos impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, custos diretos e indiretos, encargos sociais, trabalhistas, fornecimento de mão de obra especializada, leis sociais, administração, lucros, produtos, transporte do produto e de pessoal e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Aviso de Dispensa Eletrônica.

5.5. Serão desclassificadas as propostas com valores superiores ao estimado pela Administração, de acordo com a pesquisa de preços realizada pelo Departamento de Compras desta Prefeitura e que descumpram quaisquer exigências deste Aviso.

6. FASE DE LANCES - Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

6.1. O lance ofertado é irrevogável e de inteira responsabilidade do licitante.

6.2. O intervalo mínimo de diferença do valor entre os lances será de R\$ 100,00 (cem reais).

“6.3. A partir da data e horário estabelecidos, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos pelo período de 06h (seis) horas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



6.3.1. Imediatamente após o término do prazo estabelecido item 6.3, o procedimento será encerrado e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

6.4. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do fornecedor.**

7. CRITÉRIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES: Esta dispensa eletrônica de licitação é destinada à participação exclusiva de MEI, ME ou EPP, de acordo com o art. 48, I da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e art. 101 do Decreto Municipal nº 6.956/2023.

13.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a devida regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito negativa;

13.1.1. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar o certame.

8. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do lance ofertado em relação ao orçamento estimado para a contratação neste Aviso e poderá negociar com a empresa classificada em primeiro lugar a fim de obter maior economicidade para o Município e procederá consultas aos seguintes cadastros:

8.1. Lista de empresas impedidas ou suspensas de participar de licitações com a administração pública do Município de Fronteira/MG.

8.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas. CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

8.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.5. Existindo alguma sanção aplicada à empresa, esta será declarada DESCLASSIFICADA.

8.6 – Não constando nenhuma restrição no CNPJ do fornecedor, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do lance ofertado em relação ao orçamento estimado para a contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

9. ENCAMINHAMENTO DA MELHOR PROPOSTA. A empresa que ofertar o menor lance para o item do certame, deverá enviar a sua proposta atualizada, **exclusivamente no Módulo PROPOSTA FINAL da Plataforma LICITANET, no prazo máximo de 02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Agente de Contratação.

9.1. A empresa deverá atualizar sua proposta de acordo com o último lance ofertado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



9.2. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o Agente de Contratação procederá a desclassificação da proposta e procederá a renegociação com as propostas classificadas na ordem subsequente.

9.3. A empresa poderá utilizar-se da proposta da Plataforma LICITANET ou do modelo Anexo III – Minuta da Proposta Atualizada, que deverá ser assinada pelo seu representante legal, podendo ser assinaturas digitais ou manuais.

9.4. A proposta final será documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.6. A proposta deverá indicar a Razão Social, CNPJ, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail).

10. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO – O fornecedor melhor classificado, será convocado a enviar a documentação no formato digital, contemplando a habilitação Jurídica, Fiscal, Social, Trabalhista, econômico-financeira e técnica, **no prazo de 02(duas) horas EXCLUSIVAMENTE NO MÓDULO DOCS. LEGAL da plataforma LICITANET.**

10.1. Documentação de habilitação eventualmente enviadas no módulo PROPOSTA FINAL serão DESCONSIDERADAS.

10.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

10.2.1. A habilitação jurídica visa a demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações, e a documentação a ser apresentada por ele limita-se à comprovação de existência jurídica da pessoa e deverá ser comprovada com a apresentação dos documentos abaixo relacionados, conforme o caso:

10.2.1.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

10.2.1.2. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;

10.2.1.3. Requerimento de Empresário Individual;

10.2.1.4. Outros documentos não mencionados anteriormente.

10.2.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.3. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

10.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

10.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, **pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;**



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



10.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 359 e 443/2014;

10.3.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;

10.3.5. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

10.3.6. Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF. FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

10.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva com efeito de negativa quanto aos Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;

10.3.8. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal – Anexo IV.

10.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

10.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias do certame, se outro prazo não constar do documento. No caso de sociedade(s) civil(s), deverá ser apresentada a certidão negativa de distribuição de processos civis, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. No caso de certidão positiva, a licitante deverá juntar certidão de objeto e pé, esclarecendo o posicionamento da(s) ação(ões);

10.5. DEMAIS DECLARAÇÕES

10.5.1. O licitante obriga-se a declarar sob as penalidades legais, podendo ser mediante os modelos em anexo, ou pelo modelo do sistema LICITANET:

10.5.1.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas – Anexo V.

10.5.1.2. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas – Anexo VI.

10.6. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

10.6.1. As certidões que não tenham o prazo de validade expresso no documento, ter-se-ão como válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão;

10.6.2. Após o encerramento do prazo para envio dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei 14.133/21, art. 54, e IN 73/2022, art. 310, §4º);

10.6.3. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



10.6.4. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11. AUTORIZAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE - Encerradas as fases de julgamento da proposta e habilitação, o processo será encaminhado à autoridade superior, que poderá AUTORIZAR a contratação, nos moldes do artigo 72, VIII, da Lei nº 14.133/2021.

12. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO - Findo o processo licitatório, a empresa vencedora será convocada via sistema eletrônico e e-mail a assinar o Contrato Administrativo, que obedecerá ao modelo anexo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da convocação emitida pelo Departamento de Licitações, sob pena de decair do direito ao registro dos seus preços.

12.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura Do Contrato Administrativo, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

12.2. O prazo estabelecido no item 12.1, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

13. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO - O prazo de vigência do Contrato Administrativo será compreendido entre as suas assinaturas e término previsto para o dia 27 de junho de 2026.

14. EXTINÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO - Constituirão motivos para extinção do contrato as seguintes situações:

14.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas deste aviso ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

14.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

14.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

14.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

14.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

14.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

14.7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

14.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



14.9. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

14.10. Serão observados na rescisão do contrato os termos dos Art. 137 a 139 da Lei 14.133/21.

14.11. A rescisão deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15. ACRÉSCIMOS E /OU REDUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO – A Contratada será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. LOCAL E DATA DE EXECUÇÃO – Os serviços deverão ser executados nos dias 25 e 26 de junho do corrente ano, respectivamente, na Praça Antônio Barbosa, situada no Distrito de Santo Antônio do Rio Grande, e na Rua Jandira Batista de Oliveira, nº 260, Centro, em frente à Paróquia Nossa Senhora de Fátima, no Município de Fronteira/MG, observando-se os horários e demais orientações estabelecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Promoção Humana/FMAS.

17. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS – Somente a título de informação será demonstrada a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Órgão: 02 - EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 06 – SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA/FMAS

Função: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

Subfunção: 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 1007 – PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Projeto/Atividade: 2.233 – AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROG. DE ERRADICAÇÃO DO TRAB. INFANTIL

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

SUBELEMENTO: 3.3.90.39.99.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Fonte Recurso: 2660 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NASC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

18. EXECUÇÃO DO OBJETO

18.1. FORMA DE EXECUÇÃO:

18.1.1. A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, sob o regime de empreitada por menor preço, mediante a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de cinema itinerante ao ar livre, no âmbito do projeto “O Cinema é para Todos”;

18.1.2. A contratada será responsável pela execução integral do objeto, compreendendo o fornecimento de todos os equipamentos, estrutura, materiais, insumos, mão de obra, transporte, montagem, operação, suporte técnico e desmontagem necessários à realização das sessões;

18.1.3. O objeto será executado por meio da realização de 02 (duas) sessões de cinema, conforme cronograma definido:

18.1.3.1. 01 (uma) sessão no dia 25/06/2026, às 19h, na Praça Antônio Barbosa, Distrito de Santo Antônio do Rio Grande (lagoa seca);

18.1.3.2. 01 (uma) sessão no dia 26/06/2026, às 19h, na Rua Jandira Batista de Oliveira, nº 260, Centro, em frente à Paróquia Nossa Senhora de Fátima.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



18.1.4. A execução deverá observar rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas, garantindo a qualidade da projeção, do áudio e da estrutura disponibilizada, bem como a adequada organização do evento;

18.1.5. A contratada deverá responsabilizar-se por todas as etapas da execução, incluindo testes prévios, operação durante o evento e retirada completa da estrutura ao final de cada sessão, assegurando a restituição dos espaços públicos em perfeitas condições de uso.

18.1.6. A execução dos serviços deverá ocorrer em conformidade com as orientações da Secretaria Municipal de Assistência Social, especialmente no que se refere à exibição de conteúdos institucionais e educativos voltados à prevenção e conscientização do trabalho infantil, no âmbito da Proteção Social Especial.

18.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

18.2.1. Designar um servidor a quem competirá a fiscalização do contrato;

18.2.2. Proporcionar toda a facilidade para que a empresa contratada possa desempenhar os serviços dentro das normas desta licitação;

18.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes aos serviços que venha a ser solicitado pela empresa contratada;

18.2.4. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto deste contrato, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas;

18.2.5. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada, exigindo sua correção imediatamente, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos;

18.2.6. Paralisar ou suspender a qualquer tempo, a execução dos serviços, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados até o momento da paralisação;

18.2.7. Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos no Termo de Referência.

18.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

18.3.1. Informar ao município o endereço eletrônico principal para o recebimento das Notas de Empenho, Autorizações de Fornecimento ou outro instrumento hábil, bem como canal de comunicação via WhatsApp® ou tecnologia similar ou superior e o nome do responsável pelo contato;

18.3.2. Confirmar com município o recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas juntamente com a confirmação de interesse e disponibilidade, ou não, para a execução dos serviços;

18.3.3. Encaminhar ao município a nota fiscal/fatura dos serviços prestados acompanhada da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil, nos termos e condições estabelecidos no Termo de Referência (TR);

18.3.4. Responsabilizar-se por todo ônus decorrentes da execução dos serviços, trabalhistas e previdenciários, como salários, seguros, taxas de administração e demais encargos sociais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



- 18.3.5. Não transferir a outrem as responsabilidades assumidas;
- 18.3.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais que forem causados por seus empregados ou prepostos, inclusive por omissão destes, ao município ou a terceiros;
- 18.3.7. Comunicar verbal e por escrito, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, acrescentando todos os dados e as circunstâncias julgadas necessárias;
- 18.3.8. Responsabilizar-se integralmente pela montagem, operação, manutenção e desmontagem de toda a estrutura necessária à execução do objeto;
- 18.3.9. Disponibilizar equipe técnica qualificada, composta por operadores de áudio e vídeo, bem como monitores de apoio para organização e acompanhamento do público;
- 18.3.10. Garantir o pleno funcionamento de todos os equipamentos e sistemas utilizados durante toda a realização das sessões;
- 18.3.11. Realizar previamente os testes de som, imagem, iluminação e demais equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços;
- 18.3.12. Cumprir rigorosamente os horários estabelecidos para início das sessões, assegurando pontualidade e qualidade na prestação dos serviços;
- 18.3.13. Garantir a qualidade da projeção e do áudio em ambiente externo;
- 18.3.14. Assegurar condições adequadas de organização, acessibilidade e segurança do público;
- 18.3.15. Fornecer pipoca gratuita exclusivamente para a sessão realizada na Rua Jandira Batista de Oliveira, nº 260, Centro, em frente à Paróquia Nossa Senhora de Fátima, no dia 26/06/2026, não sendo exigido para a sessão da Praça Antônio Barbosa, Distrito de Santo Antônio do Rio Grande (lagoa seca);
- 18.3.16. Assegurar a exibição de conteúdos institucionais e educativos, conforme orientação da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- 18.3.17. Garantir a integridade dos equipamentos utilizados;
- 18.3.18. Adotar medidas preventivas para evitar acidentes durante montagem e execução;
- 18.3.19. Em caso de condições climáticas adversas, deverá garantir o reagendamento da sessão, conforme pactuado;
- 18.3.20. Zelar pela organização, limpeza e preservação dos espaços públicos utilizados;
- 18.3.21. Disponibilizar estrutura completa para cinema itinerante ao ar livre, contemplando, no mínimo:
 - 18.3.21.1. Tela inflável de grande porte (aproximadamente 12m x 9m x 3m);
 - 18.3.21.2. Projetor de alta definição com potência mínima de 6.200 lumens;
 - 18.3.21.3. Sistema de áudio e vídeo digital de qualidade compatível com eventos ao ar livre;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



- 18.3.21.4. Túnel inflável de acesso;
- 18.3.21.5. Carpete tipo passadeira;
- 18.3.21.6. Microfone para interação com o público;
- 18.3.21.7. Disponibilização de, no mínimo, 100 cadeiras;
- 18.3.21.8. Disponibilização de lixeiras para organização do espaço;
- 18.3.21.9. Estrutura adequada para exibição de vídeos institucionais antes da sessão principal.

19. PAGAMENTO:

19.1. O pagamento será efetuado mediante o fornecimento dos serviços objetos da presente contratação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, em até (30) trinta dias consecutivos, após o ateste realizado pelo fiscal, responsável pelo acompanhamento e execução do objeto. A data do referido ateste será a mesma informada na emissão/inclusão do Termo de Recebimento Definitivo.

19.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar as especificações de cada item conforme apresentadas neste Termo de Referência e o quantitativo efetivamente entregue.

19.3. O contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente.

19.4. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

19.5. Forma de Pagamento: O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de Internet Banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

20. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

20.1. Ficará a cargo da senhora **ELIANA APARECIDA DE FREITAS** – Assistente Social, a gestão do Contrato Administrativo.

20.2. Ficará à cargo da Senhora **ANA GABRIELA DA SILVA GOMES** – Diretor do CRAS, a fiscalização do Contrato Administrativo.

20.3. As obrigações decorrentes desta licitação deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, *caput*).

20.4. A execução das obrigações decorrentes desta licitação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal da Contrato Administrativo ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, *caput*), que:

20.5. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).

20.6. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



21. DISPOSIÇÕES GERAIS - Informações sobre o andamento desta Dispensa de Licitação poderão ser obtidas junto ao Agente de Contratação e a Equipe de Apoio, nos dias úteis, das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, pelo e-mail licita2@fronteira.mg.gov.br e telefone (34) 3199-9990. Ainda, poderão ser acompanhadas as fases através da Plataforma de licitações LICITANET - www.licitanet.com.br.

21.1. Conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa RFB nº 1234, de 11 de janeiro de 2012, Decisão Supremo Tribunal Federal - Tema 1130 de 08 de outubro de 2017 Recurso Extraordinário nº 1.223.453 e IN 1745 de 26 de junho de 2013: ficam os municípios OBRIGADOS a efetuar a retenção, na fonte, do Imposto de Renda;

21.1.1. Portanto, o Município de Fronteira/MG; efetuará as RETENÇÕES RELATIVAS AO IMPOSTO DE RENDA incidente sobre a prestação de serviços, devendo o credor efetuar o devido destaque da retenção nas notas fiscais, conforme consta na IN da RFB nº 1234/2012 e seu anexo I, como condição para recebimento dos valores.

21.2. Integram este Aviso de Dispensa Eletrônica:

21.2.1. Anexo I – Termo de Referência;

21.2.2. Anexo II – Minuta do Contrato Administrativo;

21.2.3. Anexo III - Minuta da Proposta Atualizada;

21.2.4. Anexo IV - Minuta da Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.

21.2.5. Anexo V - Minuta Da Declaração Reserva De Cargos PCD;

21.2.6. Anexo VI - Minuta Da Declaração Proposta Econômica Integra Custos Para Atendimento De Direitos Trabalhistas.

Fronteira/MG; 09 de junho de 2026.

YARA FERNANDA CARVALHO
Gestora Municipal de Assistência Social e Promoção Humana



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

(Inciso XXIII do Art. 6º e §1º do Art. 40 da Lei Federal nº 14.133/2021)

ESPECIFICAÇÕES/CUSTO ESTIMADO

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA.

UNIDADE REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA.

RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO: YARA FERNANDA CARVALHO.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

1. OBJETO: REFERE-SE. À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXIBIÇÃO DE CINEMA ITINERANTE AO AR LIVRE, A SER REALIZADA DURANTE A CAMPANHA COM O TEMA “TRABALHO INFANTIL”, VINCULADA ÀS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – AEPETI.

1.1. Dos itens:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.
1	SERVIÇO DE EXIBIÇÃO DE CINEMA AO AR LIVRE COM ESTRUTURA COMPLETA - DESCRIÇÃO: A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR DISPONIBILIZAR, INSTALAR, OPERAR E DESMONTAR TODA A ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO, INCLUINDO: TELA INFLÁVEL NA COR AZUL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 12,00M DE ALTURA X 9,00M DE COMPRIMENTO X 3,00M DE PROFUNDIDADE; TÚNEL INFLÁVEL PARA ACESSO AO ESPAÇO DO EVENTO; CARPETE TIPO PASSADEIRA NA COR VERMELHA; PROJETOR DE ALTA DEFINIÇÃO COM, NO MÍNIMO, 6.200 LUMENS; SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO DIGITAL DE ALTA QUALIDADE; DISPONIBILIZAÇÃO DE, NO MÍNIMO, 100 (CEM) CADEIRAS PARA O PÚBLICO; DISPONIBILIZAÇÃO DE 04 (QUATRO) LIXEIRAS PARA APOIO À ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA DO LOCAL; MICROFONE PARA INTERAÇÃO COM O PÚBLICO; EXIBIÇÃO DE ATÉ 30 (TRINTA) MINUTOS DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS E EDUCATIVOS, FORNECIDOS PELO MUNICÍPIO OU PELA CONTRATADA; ALÉM DE EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA MONTAGEM, OPERAÇÃO E CONDUÇÃO DO EVENTO. ESPECIFICAÇÃO DA SESSÃO: DATA: 25/06/2026; HORÁRIO: 19H; LOCAL: PRAÇA ANTÔNIO BARBOSA, DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO RIO GRANDE (LAGOA SECA).	SE	1
2	SERVIÇO DE EXIBIÇÃO DE CINEMA AO AR LIVRE COM ESTRUTURA COMPLETA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PIPOCA AO PÚBLICO - DESCRIÇÃO: A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR DISPONIBILIZAR, INSTALAR, OPERAR,	SE	1



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



	ACOMPANHAR E DESMONTAR TODA A ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE CINEMA AO AR LIVRE, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ITENS: TELA INFLÁVEL NA COR AZUL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 12,00M DE ALTURA X 9,00M DE COMPRIMENTO X 3,00M DE PROFUNDIDADE; TÚNEL INFLÁVEL PARA ACESSO AO ESPAÇO DO EVENTO; CARPETE TIPO PASSADEIRA NA COR VERMELHA; PROJETOR DE ALTA DEFINIÇÃO COM, NO MÍNIMO, 6.200 LUMENS; SISTEMA DIGITAL DE ÁUDIO E VÍDEO DE ALTA QUALIDADE; DISPONIBILIZAÇÃO DE, NO MÍNIMO, 100 (CEM) CADEIRAS PARA ACOMODAÇÃO DO PÚBLICO; DISPONIBILIZAÇÃO DE 04 (QUATRO) LIXEIRAS PARA APOIO À ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA DO LOCAL; MICROFONE PARA INTERAÇÃO COM O PÚBLICO; EXIBIÇÃO DE ATÉ 30 (TRINTA) MINUTOS DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS E EDUCATIVOS, FORNECIDOS PELO MUNICÍPIO OU PELA PRÓPRIA CONTRATADA; EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA MONTAGEM, OPERAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E CONDUÇÃO DO EVENTO; FORNECIMENTO DE PIPOCA AO PÚBLICO PARTICIPANTE, ACONDICIONADA EM SAQUINHOS DE PAPEL APROPRIADOS PARA ALIMENTOS, CONTENDO APROXIMADAMENTE 20G (VINTE GRAMAS) CADA, EM QUANTIDADE SUFICIENTE PARA ATENDIMENTO MÍNIMO DE 100 (CEM) PESSOAS. ESPECIFICAÇÃO DA SESSÃO: DATA: 26/06/2026; HORÁRIO: 19H; LOCAL: RUA JANDIRA BATISTA DE OLIVEIRA, Nº 260, CENTRO, EM FRENTE À PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA.		
--	--	--	--

1.2. O objeto deste contrato é caracterizado como comum, por apresentar padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da emissão da ordem de serviço, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. Os serviços a serem contratados não foram parcelados, nos termos do art. 40, inciso V, alínea "b", da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em razão de sua inviabilidade técnica e econômica, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de execução de ação socioassistencial voltada à conscientização, prevenção e enfrentamento do trabalho infantil, no âmbito das Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – AEPETI, desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio de atividade educativa, cultural e comunitária destinada à população em geral, especialmente crianças, adolescentes e famílias em situação de vulnerabilidade social.

2.2. A iniciativa encontra respaldo nas diretrizes do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, que estabelece como objetivos a proteção social, a prevenção de situações de risco social, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



promoção da cidadania e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, em consonância com as políticas públicas de proteção integral à criança e ao adolescente.

2.3. A utilização do cinema itinerante ao ar livre como instrumento de mobilização e sensibilização social mostra-se adequada e eficaz, considerando o seu caráter acessível, educativo e de amplo alcance popular, possibilitando a transmissão de mensagens de conscientização acerca dos prejuízos do trabalho infantil, bem como a divulgação de informações e campanhas socioeducativas de interesse público.

2.4. Sob o aspecto legal, a contratação observa os princípios e normas estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles relacionados ao planejamento das contratações públicas, à eficiência administrativa, à economicidade, à transparência e à busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

2.5. Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a contratação é precedida de Estudo Técnico Preliminar, no qual foram analisadas as alternativas disponíveis para atendimento da demanda, restando evidenciado que a solução mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cinema itinerante ao ar livre, com fornecimento de estrutura completa, equipamentos, montagem, operação técnica e suporte necessário à realização do evento.

2.6. A contratação fundamenta-se, ainda, na hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando o valor estimado da contratação, sendo adotada a forma eletrônica, em observância aos princípios da transparência, competitividade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa.

2.7. O levantamento de mercado realizado demonstrou a viabilidade da contratação e a compatibilidade dos valores estimados com os praticados no mercado, atendendo ao princípio da economicidade e evidenciando a adequação financeira da solução escolhida.

2.8. Ressalta-se que a contratação de empresa especializada com fornecimento de estrutura completa revela-se tecnicamente necessária, não sendo recomendável o parcelamento do objeto, tendo em vista que a execução integrada dos serviços é indispensável para garantir a compatibilidade técnica entre os equipamentos, a segurança operacional, a qualidade da exibição e a adequada execução do evento.

2.9. A contratação também se justifica pelo relevante interesse público envolvido, considerando que a ação:

- a) promove o acesso democrático à cultura, ao lazer e à informação;
- b) fortalece as ações de conscientização e prevenção do trabalho infantil;
- c) contribui para a inclusão social e participação comunitária;
- d) fortalece vínculos familiares e comunitários;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



e) amplia o alcance das ações desenvolvidas pela política municipal de assistência social;

f) proporciona ambiente seguro, educativo e inclusivo para crianças, adolescentes e famílias.

2.10. Ademais, as ações serão realizadas em espaços públicos acessíveis, possibilitando ampla participação popular e maior alcance das políticas públicas socioassistenciais, favorecendo a ocupação positiva desses ambientes e promovendo integração comunitária, convivência social e valorização dos espaços coletivos.

2.11. Dessa forma, a contratação mostra-se plenamente fundamentada sob os aspectos técnico, legal, social e administrativo, atendendo aos princípios da Administração Pública, especialmente os da legalidade, eficiência, economicidade, interesse público e planejamento, bem como às diretrizes da política pública de assistência social e proteção integral de crianças e adolescentes.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:

3.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de cinema itinerante ao ar livre, no âmbito do projeto “O Cinema é para Todos”, com fornecimento de estrutura completa, equipamentos, equipe técnica, montagem, operação e desmontagem, visando à realização de 02 (duas) sessões de cinema em espaços públicos previamente definidos: 01 (uma) sessão no dia 25/06/2026, às 19h, na Praça Antônio Barbosa, Distrito de Santo Antônio do Rio Grande (Iagoa seca) e 01 (uma) sessão no dia 26/06/2026, às 19h, na Rua Jandira Batista de Oliveira, nº 260, Centro, em frente à Paróquia Nossa Senhora de Fátima, sendo que nesta última haverá fornecimento de pipoca gratuita ao público.

3.2. A solução será concebida de forma integrada, não sendo viável a contratação fracionada dos serviços, tendo em vista a necessidade de compatibilidade técnica entre os equipamentos, sincronia operacional e responsabilidade única pela execução, fatores indispensáveis para garantir a qualidade e segurança do evento.

3.3. Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução abrangerá as seguintes etapas:

3.3.1. Planejamento e Preparação:

3.3.1.1. Nesta fase, será realizada a definição dos locais, datas e horários das sessões, bem como o alinhamento com a empresa contratada quanto às condições de execução, logística, estrutura necessária e conteúdo a serem exibidos. Também serão definidos os materiais institucionais e educativos a serem veiculados previamente às sessões, com foco na prevenção e conscientização do trabalho infantil, no âmbito da Proteção Social Especial.

3.3.2. Mobilização e Montagem da Estrutura:

3.3.2.1. A contratada será responsável pelo transporte dos equipamentos e pela montagem completa da estrutura nos locais indicados, incluindo instalação de tela inflável, projetor, sistema de



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



som, cadeiras, ambientação e demais itens necessários. Deverão ser realizados testes técnicos prévios para assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos e a qualidade da projeção e do áudio.

3.3.3. Execução das Sessões:

3.3.3.1. A execução compreenderá a realização das sessões de cinema ao ar livre, com exibição inicial de conteúdos institucionais e educativos, seguida do filme principal. Durante esta etapa, a contratada deverá garantir suporte técnico integral, organização do espaço e interação com o público.

3.3.3.2. Na sessão da Praça da Vitória, será realizado o fornecimento de pipoca gratuita, conforme especificado, contribuindo para a atratividade e acolhimento do público.

3.3.4. Desmontagem e Encerramento:

3.3.4.1. Após a realização de cada sessão, a contratada será responsável pela desmontagem de toda a estrutura, retirada dos equipamentos e organização do espaço público utilizado, garantindo sua adequada devolução em condições de uso.

3.3.5. Resultados e Impacto social:

3.3.5.1. A solução proporcionará acesso gratuito à cultura e ao lazer, fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, além de atuar como instrumento de sensibilização social quanto ao trabalho infantil. Espera-se impacto positivo junto à comunidade, com ampla participação popular e fortalecimento das ações da Secretaria Municipal de Assistência Social.

3.4. Dessa forma, a solução apresentada contempla todo o ciclo de vida do objeto, desde o planejamento até a finalização, garantindo eficiência, qualidade na execução, responsabilidade técnica e atendimento ao interesse público, em conformidade com as diretrizes da Administração Pública e da política socioassistencial.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

4.1. A contratação deverá atender, de forma integral, aos requisitos técnicos, operacionais e legais necessários à adequada execução do projeto “O Cinema é para Todos”, garantindo qualidade, segurança e efetividade da ação socioassistencial.

4.2. Requisitos Técnicos Mínimos:

4.2.1. A empresa contratada deverá disponibilizar estrutura completa para cinema itinerante ao ar livre, contemplando, no mínimo:

- a) Tela inflável de grande porte (aproximadamente 12m x 9m x 3m);
- b) Projetor de alta definição com potência mínima de 6.200 lumens;
- c) Sistema de áudio e vídeo digital de qualidade compatível com eventos ao ar livre;
- d) Túnel inflável de acesso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



- e) Carpete tipo passadeira;
- f) Microfone para interação com o público;
- g) Disponibilização de, no mínimo, 100 cadeiras;
- h) Disponibilização de lixeiras para organização do espaço;
- i) Estrutura adequada para exibição de vídeos institucionais antes da sessão principal.

4.3. Requisitos Operacionais:

4.3.1. A Contratada deverá:

- a) responsabilizar-se integralmente pela montagem, operação, manutenção e desmontagem de toda a estrutura necessária à execução do objeto;
- b) disponibilizar equipe técnica qualificada, composta por operadores de áudio e vídeo, bem como monitores de apoio para organização e acompanhamento do público;
- c) garantir o pleno funcionamento de todos os equipamentos e sistemas utilizados durante toda a realização das sessões;
- d) realizar previamente os testes de som, imagem, iluminação e demais equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços;
- e) cumprir rigorosamente os horários estabelecidos para início das sessões, assegurando pontualidade e qualidade na prestação dos serviços;
- f) executar 02 (duas) sessões de cinema itinerante, conforme cronograma e locais abaixo especificados:
- g) 01 (uma) sessão no dia 25/06/2026, às 19h, na Praça Antônio Barbosa, Distrito de Santo Antônio do Rio Grande (lagoa seca);
- h) 01 (uma) sessão no dia 26/06/2026, às 19h, na Rua Jandira Batista de Oliveira, nº 260, Centro, em frente à Paróquia Nossa Senhora de Fátima.

4.4. Requisitos de Execução do Evento:

- a) As sessões deverão ocorrer em espaços públicos previamente definidos pela Administração;
- b) Deverá ser garantida a qualidade da projeção e do áudio em ambiente externo;
- c) A contratada deverá assegurar condições adequadas de organização, acessibilidade e segurança do público;
- d) O fornecimento de pipoca gratuita será obrigatório exclusivamente para a sessão realizada na Rua Jandira Batista de Oliveira, nº 260, Centro, em frente à Paróquia Nossa Senhora de Fátima, no dia 26/06/2026, não sendo exigido para a sessão da Praça Antônio Barbosa, Distrito de Santo Antônio do Rio Grande (lagoa seca);
- e) Deverá ser assegurada a exibição de conteúdos institucionais e educativos, conforme orientação da Secretaria Municipal de Assistência Social.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



4.5. Requisitos Legais e de Regularidade:

4.5.1. A empresa deverá comprovar:

- a) Regularidade fiscal e trabalhista;
- b) Capacidade técnica compatível com o objeto contratado;
- c) Experiência na realização de eventos similares;
- d) Atendimento às normas de segurança aplicáveis a eventos em espaços públicos.

4.6. Requisitos de Segurança e Responsabilidade:

- a) A contratada será responsável pela integridade dos equipamentos utilizados;
- b) Deverá adotar medidas preventivas para evitar acidentes durante montagem e execução;
- c) Em caso de condições climáticas adversas, deverá garantir o reagendamento da sessão, conforme pactuado;
- d) Deverá zelar pela organização, limpeza e preservação dos espaços públicos utilizados.

4.7. Requisitos de Resultado Esperado:

4.7.1. A contratação deverá assegurar:

- a) Execução integral das duas sessões programadas;
- b) Atendimento adequado ao público estimado;
- c) Qualidade técnica dos serviços prestados;
- d) Contribuição efetiva para as ações de prevenção e conscientização do trabalho infantil;
- e) Impacto social positivo junto à comunidade.

4.8. Subcontratação:

4.8.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, exceto nos casos de serviços acessórios que não integrem a essência do objeto contratual, desde que haja expressa autorização do órgão contratante, permanecendo, em qualquer hipótese, a contratada integralmente responsável pela execução do serviço.

4.9. Esses requisitos são indispensáveis para assegurar a adequada execução dos serviços, garantindo que todas as etapas sejam realizadas com eficiência, qualidade técnica e em conformidade com os princípios da Administração Pública e com as normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente no que se refere às ações da Proteção Social Especial voltadas à prevenção e conscientização do trabalho infantil.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

5.1. A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, sob o regime de empreitada por menor preço, mediante a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de cinema itinerante ao ar livre, no âmbito do projeto "O Cinema é para Todos".

5.2. A contratada será responsável pela execução integral do objeto, compreendendo o



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



fornecimento de todos os equipamentos, estrutura, materiais, insumos, mão de obra, transporte, montagem, operação, suporte técnico e desmontagem necessários à realização das sessões.

5.3. O objeto será executado por meio da realização de 02 (duas) sessões de cinema, conforme cronograma definido:

- a) 01 (uma) sessão no dia 25/06/2026, às 19h, na Praça Antônio Barbosa, Distrito de Santo Antônio do Rio Grande (lagoa seca);
- b) 01 (uma) sessão no dia 26/06/2026, às 19h, na Rua Jandira Batista de Oliveira, nº 260, Centro, em frente à Paróquia Nossa Senhora de Fátima.

5.4. A execução deverá observar rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas, garantindo a qualidade da projeção, do áudio e da estrutura disponibilizada, bem como a adequada organização do evento.

5.5. A contratada deverá responsabilizar-se por todas as etapas da execução, incluindo testes prévios, operação durante o evento e retirada completa da estrutura ao final de cada sessão, assegurando a restituição dos espaços públicos em perfeitas condições de uso.

5.6. A execução dos serviços deverá ocorrer em conformidade com as orientações da Secretaria Municipal de Assistência Social, especialmente no que se refere à exibição de conteúdos institucionais e educativos voltados à prevenção e conscientização do trabalho infantil, no âmbito da Proteção Social Especial.

5.4. Das Obrigações do Município:

5.4.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações do Município:

5.4.2. Designar um servidor a quem competirá a fiscalização do contrato;

5.4.2.1. Proporcionar toda a facilidade para que a empresa contratada possa desempenhar os serviços dentro das normas desta licitação;

5.4.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes aos serviços que venha a ser solicitado pela empresa contratada;

5.4.2.3. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto deste contrato, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas;

5.4.2.4. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada, exigindo sua correção imediatamente, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos;

5.4.2.5. Paralisar ou suspender a qualquer tempo, a execução dos serviços, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados até o momento da paralisação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



5.4.3. Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos neste termo de referência.

5.5. Das Obrigações da Contratada:

5.5.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº. 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações da Empresa Contratada:

5.5.1.1. Informar ao município o endereço eletrônico principal para o recebimento das Notas de Empenho, Autorizações de Fornecimento ou outro instrumento hábil, bem como canal de comunicação via WhatsApp® ou tecnologia similar ou superior e o nome do responsável pelo contato;

5.5.1.2. Confirmar com município o recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas juntamente com a confirmação de interesse e disponibilidade, ou não, para a execução dos serviços;

5.5.1.3. Encaminhar ao município a nota fiscal/fatura dos serviços prestados acompanhada da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil, nos termo e condições estabelecidos neste Termo de Referência (TR);

5.5.1.4. Responsabilizar-se por todo ônus decorrentes da execução dos serviços, trabalhistas e previdenciários, como salários, seguros, taxas de administração e demais encargos sociais;

5.5.1.5. Não transferir a outrem as responsabilidades assumidas;

5.5.1.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais que forem causados por seus empregados ou prepostos, inclusive por omissão destes, ao município ou a terceiros;

5.5.1.7. Comunicar verbal e por escrito, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, acrescentando todos os dados e as circunstâncias julgadas necessárias;

6. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO:

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação, suspensão do contrato ou qualquer outro fator superveniente que impeça sua execução, a parte que der causa ao bloqueio deverá informar os motivos no prazo de 05 (cinco) dias à parte restante;

6.3. As comunicações entre o município e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de contato telefônico, mensagens via WhatsApp® ou tecnologia similar ou superior e outros meios de comunicação quando a formalidade do ato for dispensável;

6.4. Após a assinatura do contrato o município poderá, a seu critério, convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução dos serviços contratados, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.5. Ficará à cargo da senhora Eliana Aparecida de Freitas - Assistente Social; a Gestão do Contrato Administrativo;

6.6. Ficará a cargo da Senhora na Ana Gabriela da Silva Gomes – Diretor do CRAS, a fiscalização do Contrato Administrativo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO:

7.1. Recebimento do Objeto:

7.1.1. Os itens objetos da presente aquisição serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, juntamente com a Nota Fiscal e a Nota de Empenho de Despesa, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil, pelo responsável pelo acompanhamento, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência (TR) e na proposta;

7.1.2. Os serviços objetos da presente contratação poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação do Fornecedor, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pela Secretaria de Assistência Social após a verificação da qualidade e quantidade dos serviços objetos da presente contratação e consequente aceitação mediante recibo apostado na Nota Fiscal respectiva e termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

7.1.3.1. O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências da Contratação;

7.1.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei Federal nº14.133/2021, comunicando-se o Fornecedor para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do serviço, para efeito de liquidação e pagamento;

7.1.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do serviço ou de saneamento da Nota Fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Secretaria de Assistência Social durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



7.1.6. Na hipótese de existência de erros na Nota Fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que o contratado adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto à ordem cronológica de pagamentos da Secretaria de Assistência Social.

7.2. Prazo de Pagamento:

7.2.1. O pagamento será efetuado mediante o fornecimento dos serviços objetos da presente contratação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, em até (30) trinta dias consecutivos, após o ateste realizado pelo fiscal, responsável pelo acompanhamento e execução do objeto. A data do referido ateste será a mesma informada na emissão/inclusão do Termo de Recebimento Definitivo;

7.2.2. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar as especificações de cada item conforme apresentadas neste Termo de Referência e o quantitativo efetivamente entregue;

7.2.3. O contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente;

7.2.4. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

7.3. Forma de Pagamento:

7.3.1. O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de Internet Banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

8. FORMA DE CRITÉRIO E SELEÇÃO DE SERVIÇO:

8.1. Considerando que o objeto possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio das especificações constantes neste Termo de Referência e usuais no mercado, a contratação será realizada por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.3. A adoção do critério de menor preço global justifica-se em razão de o objeto constituir solução integrada, composta por serviços interdependentes e complementares, cuja execução exige fornecimento conjunto de estrutura, equipamentos, montagem, operação, equipe técnica e suporte logístico, não sendo tecnicamente recomendável o parcelamento da contratação.

8.4. A escolha do menor preço global visa assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, bem como garantir maior eficiência na execução contratual, padronização dos serviços, adequada responsabilização da contratada e economicidade na aplicação dos recursos públicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1. O valor estimado desta Contratação é de R\$ 10.066,67 (dez mil sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), conforme valores apostos na tabela:

9.1.1. Os Valores Compreende:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VLR. UNT.	VLR. TTL.
1	SERVIÇO DE EXIBIÇÃO DE CINEMA AO AR LIVRE COM ESTRUTURA COMPLETA - DESCRIÇÃO: A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR DISPONIBILIZAR, INSTALAR, OPERAR E DESMONTAR TODA A ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO, INCLUINDO: TELA INFLÁVEL NA COR AZUL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 12,00M DE ALTURA X 9,00M DE COMPRIMENTO X 3,00M DE PROFUNDIDADE; TÚNEL INFLÁVEL PARA ACESSO AO ESPAÇO DO EVENTO; CARPETE TIPO PASSADEIRA NA COR VERMELHA; PROJETO DE ALTA DEFINIÇÃO COM, NO MÍNIMO, 6.200 LUMENS; SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO DIGITAL DE ALTA QUALIDADE; DISPONIBILIZAÇÃO DE, NO MÍNIMO, 100 (CEM) CADEIRAS PARA O PÚBLICO; DISPONIBILIZAÇÃO DE 04 (QUATRO) LIXEIRAS PARA APOIO À ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA DO LOCAL; MICROFONE PARA INTERAÇÃO COM O PÚBLICO; EXIBIÇÃO DE ATÉ 30 (TRINTA) MINUTOS DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS E EDUCATIVOS, FORNECIDOS PELO MUNICÍPIO OU PELA CONTRATADA; ALÉM DE EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA MONTAGEM, OPERAÇÃO E CONDUÇÃO DO EVENTO. ESPECIFICAÇÃO DA SESSÃO: DATA: 25/06/2026; HORÁRIO: 19H; LOCAL: PRAÇA ANTÔNIO BARBOSA, DISTRITO DE SANTO ANTÔNIO DO RIO GRANDE (LAGOA SECA).	SE	1	R\$ 4.733,33	R\$ 4.733,33
2	SERVIÇO DE EXIBIÇÃO DE CINEMA AO AR LIVRE COM ESTRUTURA COMPLETA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PIPOCA AO PÚBLICO - DESCRIÇÃO: A CONTRATADA SERÁ RESPONSÁVEL POR DISPONIBILIZAR, INSTALAR, OPERAR, ACOMPANHAR E	SE	1	R\$ 5333,33	R\$ 5.333,33



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



<p>DESMONTAR TODA A ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DA SESSÃO DE CINEMA AO AR LIVRE, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ITENS: TELA INFLÁVEL NA COR AZUL, MEDINDO APROXIMADAMENTE 12,00M DE ALTURA X 9,00M DE COMPRIMENTO X 3,00M DE PROFUNDIDADE; TÚNEL INFLÁVEL PARA ACESSO AO ESPAÇO DO EVENTO; CARPETE TIPO PASSADEIRA NA COR VERMELHA; PROJETOR DE ALTA DEFINIÇÃO COM, NO MÍNIMO, 6.200 LUMENS; SISTEMA DIGITAL DE ÁUDIO E VÍDEO DE ALTA QUALIDADE; DISPONIBILIZAÇÃO DE, NO MÍNIMO, 100 (CEM) CADEIRAS PARA ACOMODAÇÃO DO PÚBLICO; DISPONIBILIZAÇÃO DE 04 (QUATRO) LIXEIRAS PARA APOIO À ORGANIZAÇÃO E LIMPEZA DO LOCAL; MICROFONE PARA INTERAÇÃO COM O PÚBLICO; EXIBIÇÃO DE ATÉ 30 (TRINTA) MINUTOS DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS E EDUCATIVOS, FORNECIDOS PELO MUNICÍPIO OU PELA PRÓPRIA CONTRATADA; EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA MONTAGEM, OPERAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E CONDUÇÃO DO EVENTO; FORNECIMENTO DE PIPOCA AO PÚBLICO PARTICIPANTE, ACONDICIONADA EM SAQUINHOS DE PAPEL APROPRIADOS PARA ALIMENTOS, CONTENDO APROXIMADAMENTE 20G (VINTE GRAMAS) CADA, EM QUANTIDADE SUFICIENTE PARA ATENDIMENTO MÍNIMO DE 100 (CEM) PESSOAS. ESPECIFICAÇÃO DA SESSÃO: DATA: 26/06/2026; HORÁRIO: 19H; LOCAL: RUA JANDIRA BATISTA DE OLIVEIRA, Nº 260, CENTRO, EM FRENTE À PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA.</p>				
--	--	--	--	--

10. PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. Cabe à Autoridade competente promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações. A fase preparatória das contratações está ancorada na existência de recursos orçamentários nas leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



A Lei Municipal nº 2.161 de 15 de dezembro de 2025, que dispõe sobre o Orçamento Municipal de 2026, apresenta os seguintes recursos orçamentários para garantir a contratação demandada, como segue:

ÓRGÃO: EXECUTIVO.

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA

FUNÇÃO: ASSISTÊNCIA SOCIAL.

SUBFUNÇÃO: ADMINISTRAÇÃO GERAL.

PROGRAMA: ATENÇÃO SOCIAL BÁSICA E/OU ESPECIAL.

PROJETO/ATIVIDADE: GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FMAS

ELEMENTO: OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

VALOR ORÇADO DISPONÍVEL: R\$ 10.066,67 (dez mil sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) RECURSO: 1500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS E IMPOSTOS, (PORTARIA STN Nº 710/2021 ATUALIZADA).

Fronteira - MG, 09 de junho de 2026.

YARA FERNANDA CARVALHO
GESTORA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO II MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

PROCESSO N.º ____/____
DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO N.º ____/____
CONTRATO N.º ____/____

O **MUNICÍPIO DE FRONTEIRA**, com sede administrativa na Av. Minas Gerais nº 110, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 18.449.140/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SERGIO PAULO CAMPOS, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na _____, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, _____, com sede na _____, nº _____ – Bairro _____, na cidade de _____, CEP _____ – UF, inscrita no CNPJ/MF N. _____, neste ato representada por _____, (qualificação completa), _____ (endereço), e-mail institucional: _____, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado celebrar o presente Instrumento de Contrato, devidamente autorizado, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº. 14.133/21, decorrente do Processo Administrativo nº. 0033444 – Dispensa Eletrônica de Licitação nº. 005/2026 e pelas condições que estipulam a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA EXIBIÇÃO DE CINEMA ITINERANTE AO AR LIVRE, A SER REALIZADA DURANTE A CAMPANHA COM O TEMA “TRABALHO INFANTIL”, VINCULADA ÀS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – AEPETI.

1.1. Integra e completa o presente Instrumento de Contrato para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições do Processo Administrativo nº 0033444, Dispensa Eletrônica de Licitação nº 005/2026, bem como a proposta da CONTRATADA, anexos e pareceres que formam o Processo Licitatório, independente de transcrição.

1.2. A execução do objeto, deve ocorrer em estrita conformidade com o descrito no Termo de referência e no Aviso de Contratação Direta e demais anexos, que fazem parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR GLOBAL DO CONTRATO - O valor global deste contrato é de R\$ _____, correspondente à proposta ofertada pela CONTRATADA.

2.1. A contratada se compromete a fornecer durante o prazo de vigência deste contrato, os seguintes itens:

2.2. No preço contratado estão incluídos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de transporte, materiais, instalação, perdas, mão de obra, equipamento, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, conforme o caso.

2.3. Serão incorporados ao contrato, mediante Termo Aditivo todas e quaisquer modificações, que venham ser necessárias durante sua vigência decorrente de alterações unilaterais do **CONTRATANTE** ou por acordo entre as partes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA - O prazo de vigência do Contrato Administrativo será compreendido entre as suas assinaturas e término previsto para o dia 27 de junho de 2026.

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO - O pagamento será efetuado mediante o fornecimento dos serviços objetos da presente contratação, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, em até (30) trinta dias consecutivos, após o ateste realizado pelo fiscal, responsável pelo acompanhamento e execução do objeto. A data do referido ateste será a mesma informada na emissão/inclusão do Termo de Recebimento Definitivo.

4.1. Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar as especificações de cada item conforme apresentadas neste Termo de Referência e o quantitativo efetivamente entregue.

4.2. O contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente.

4.3. Havendo irregularidades na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

4.4. Forma de Pagamento: O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de Internet Banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 02 - EXECUTIVO

Unidade Orçamentária: 06 – SEC. MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PROMOÇÃO HUMANA/FMAS

Função: 08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

Subfunção: 244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa: 1007 – PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Projeto/Atividade: 2.233 – AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROG. DE ERRADICAÇÃO DO TRAB. INFANTIL

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

SUBELEMENTO: 3.3.90.39.99.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

Fonte Recurso: 2660 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NASC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CLÁUSULA SEXTA - EXECUÇÃO DO OBJETO:

6.1. FORMA DE EXECUÇÃO:

6.1.1. A execução do objeto dar-se-á de forma indireta, sob o regime de empreitada por menor preço, mediante a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de cinema itinerante ao ar livre, no âmbito do projeto “O Cinema é para Todos”;

6.1.2. A contratada será responsável pela execução integral do objeto, compreendendo o fornecimento de todos os equipamentos, estrutura, materiais, insumos, mão de obra, transporte, montagem, operação, suporte técnico e desmontagem necessários à realização das sessões;

6.1.3. O objeto será executado por meio da realização de 02 (duas) sessões de cinema, conforme cronograma definido:

6.1.3.1. 01 (uma) sessão no dia 25/06/2026, às 19h, na Praça Antônio Barbosa, Distrito de Santo Antônio do Rio Grande (Iagoa seca);



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



6.1.3.2. 01 (uma) sessão no dia 26/06/2026, às 19h, na Rua Jandira Batista de Oliveira, nº 260, Centro, em frente à Paróquia Nossa Senhora de Fátima.

6.1.4. A execução deverá observar rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas, garantindo a qualidade da projeção, do áudio e da estrutura disponibilizada, bem como a adequada organização do evento;

6.1.5. A contratada deverá responsabilizar-se por todas as etapas da execução, incluindo testes prévios, operação durante o evento e retirada completa da estrutura ao final de cada sessão, assegurando a restituição dos espaços públicos em perfeitas condições de uso.

6.1.6. A execução dos serviços deverá ocorrer em conformidade com as orientações da Secretaria Municipal de Assistência Social, especialmente no que se refere à exibição de conteúdos institucionais e educativos voltados à prevenção e conscientização do trabalho infantil, no âmbito da Proteção Social Especial.

6.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

6.2.1. Designar um servidor a quem competirá a fiscalização do contrato;

6.2.2. Proporcionar toda a facilidade para que a empresa contratada possa desempenhar os serviços dentro das normas desta licitação;

6.2.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes aos serviços que venha a ser solicitado pela empresa contratada;

6.2.4. Supervisionar e fiscalizar a execução dos serviços objeto deste contrato, sob o aspecto qualitativo e quantitativo, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas;

6.2.5. Rejeitar os serviços executados em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa contratada, exigindo sua correção imediatamente, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e aceitos;

6.2.6. Paralisar ou suspender a qualquer tempo, a execução dos serviços, de forma parcial ou total, mediante pagamento único e exclusivo dos serviços executados até o momento da paralisação;

6.2.7. Efetuar os pagamentos na forma e prazo previstos no Termo de Referência.

6.3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.3.1. Informar ao município o endereço eletrônico principal para o recebimento das Notas de Empenho, Autorizações de Fornecimento ou outro instrumento hábil, bem como canal de comunicação via WhatsApp® ou tecnologia similar ou superior e o nome do responsável pelo contato;

6.3.2. Confirmar com município o recebimento da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas juntamente com a confirmação de interesse e disponibilidade, ou não, para a execução dos serviços;

6.3.3. Encaminhar ao município a nota fiscal/fatura dos serviços prestados acompanhada da Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento hábil, nos termos e condições estabelecidos no Termo de Referência (TR);



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



- 6.3.4. Responsabilizar-se por todo ônus decorrentes da execução dos serviços, trabalhistas e previdenciários, como salários, seguros, taxas de administração e demais encargos sociais;
- 6.3.5. Não transferir a outrem as responsabilidades assumidas;
- 6.3.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais ou materiais que forem causados por seus empregados ou prepostos, inclusive por omissão destes, ao município ou a terceiros;
- 6.3.7. Comunicar verbal e por escrito, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços, acrescentando todos os dados e as circunstâncias julgadas necessárias;
- 6.3.8. Responsabilizar-se integralmente pela montagem, operação, manutenção e desmontagem de toda a estrutura necessária à execução do objeto;
- 6.3.9. Disponibilizar equipe técnica qualificada, composta por operadores de áudio e vídeo, bem como monitores de apoio para organização e acompanhamento do público;
- 6.3.10. Garantir o pleno funcionamento de todos os equipamentos e sistemas utilizados durante toda a realização das sessões;
- 6.3.11. Realizar previamente os testes de som, imagem, iluminação e demais equipamentos necessários à perfeita execução dos serviços;
- 6.3.12. Cumprir rigorosamente os horários estabelecidos para início das sessões, assegurando pontualidade e qualidade na prestação dos serviços;
- 6.3.13. Garantir a qualidade da projeção e do áudio em ambiente externo;
- 6.3.14. Assegurar condições adequadas de organização, acessibilidade e segurança do público;
- 6.3.15. Fornecer pipoca gratuita exclusivamente para a sessão realizada na Rua Jandira Batista de Oliveira, nº 260, Centro, em frente à Paróquia Nossa Senhora de Fátima, no dia 26/06/2026, não sendo exigido para a sessão da Praça Antônio Barbosa, Distrito de Santo Antônio do Rio Grande (lagoa seca);
- 6.3.16. Assegurar a exibição de conteúdos institucionais e educativos, conforme orientação da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- 6.3.17. Garantir a integridade dos equipamentos utilizados;
- 6.3.18. Adotar medidas preventivas para evitar acidentes durante montagem e execução;
- 6.3.19. Em caso de condições climáticas adversas, deverá garantir o reagendamento da sessão, conforme pactuado;
- 6.3.20. Zelar pela organização, limpeza e preservação dos espaços públicos utilizados;
- 6.3.21. Disponibilizar estrutura completa para cinema itinerante ao ar livre, contemplando, no mínimo:
 - 6.3.21.1. Tela inflável de grande porte (aproximadamente 12m x 9m x 3m);
 - 6.3.21.2. Projetor de alta definição com potência mínima de 6.200 lumens;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



- 6.3.21.3. Sistema de áudio e vídeo digital de qualidade compatível com eventos ao ar livre;
- 6.3.21.4. Túnel inflável de acesso;
- 6.3.21.5. Carpete tipo passadeira;
- 6.3.21.6. Microfone para interação com o público;
- 6.3.21.7. Disponibilização de, no mínimo, 100 cadeiras;
- 6.3.21.8. Disponibilização de lixeiras para organização do espaço;
- 6.3.21.9. Estrutura adequada para exibição de vídeos institucionais antes da sessão principal.

CLÁUSULA SÉTIMA - ACRÉSCIMOS E /OU REDUÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO –

A Contratada será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA OITAVA - EXTINÇÃO CONTRATUAL - Constituirão motivos para extinção do contrato as seguintes situações:

- 8.1. Não cumprimento ou cumprimento irregular de normas do Aviso de Contratação Direta ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- 8.2. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- 8.3. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- 8.4. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- 8.5. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- 8.6. Atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- 8.7. Atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- 8.8. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- 8.8. Não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
- 8.10. Serão observados na rescisão do contrato os termos dos Art. 137 a 138 da Lei 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



8.11. A rescisão deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA - INFRAÇÕES - A contratada será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

9.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato.

9.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

9.3. Dar causa à inexecução total do contrato.

9.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

9.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

9.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

9.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

9.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

9.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

9.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

CLÁUSULA DÉCIMA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS – Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.1. Advertência;

10.2. Multa;

10.3. Impedimento de licitar e contratar e;

10.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.5.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

10.5.2. As peculiaridades do caso concreto.

10.5.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



10.5.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

10.5.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.6. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 29% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

10.6.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1 à 9.6 deste Aviso de Contratação Direta, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;

10.6.2. Para as infrações previstas nos itens 9.7 a 9.11 deste Aviso de Contratação Direta, a multa será de 15,01% à 9% do valor do contrato licitado.

10.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.8. A recusa da ADJUDICATÁRIA em assinar o termo de contrato, DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

10.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1 à 9.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.10. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática de infrações dispostas nos itens 9.7 à 9.11 deste Aviso de Contratação Direta, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1 à 9.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.12. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à CONTRATADA mediante requerimento expresso nesse sentido.

10.13. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão, recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.14. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



10.14.1. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.15. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO:

11.1. Ficará a cargo da senhora **ELIANA APARECIDA DE FREITAS** – Assistente Social, a gestão do Contrato Administrativo.

11.2. Ficará à cargo da Senhora **ANA GABRIELA DA SILVA GOMES** – Diretor do CRAS, a fiscalização do Contrato Administrativo.

11.3. As obrigações decorrentes desta licitação deverão ser executadas fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei n.º 14.133/21, art. 115, *caput*).

11.4. A execução das obrigações decorrentes desta licitação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal da Contrato Administrativo ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133/21, art. 117, *caput*), que:

11.5. Anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução das obrigações decorrentes desta licitação, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 1.º).

11.6. Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei n.º 14.133/21, art. 117, § 2.º).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CESSÃO - A Contratada não poderá ceder ou transferir o contrato sem a autorização expressa da Contratante, exceto nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - O presente contrato é regido pela Lei n.º 14.133/21, Decreto n.º 6.956/2023, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Processo n.º 0033444, Dispensa Eletrônica de Licitação n.º 005/2026 .

13.1. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal n.º 14.133/21, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RETENÇÃO DO IRRF - *Conforme disposto nos arts. 158, I, e 157, I, da Constituição Federal, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa RFB n.º 1334, de 11 de janeiro de 2013, Decisão Supremo Tribunal Federal - Tema 1130 de 08 de outubro de 2021 Recurso Extraordinário n.º 1.293.453 e IN 2145 de 26 de junho de 2023: ficam os municípios OBRIGADOS a efetuar a retenção, na fonte, do Imposto de Renda;*

14.1 - Portanto, o Município de Fronteira/MG; efetuará as RETENÇÕES RELATIVAS AO IMPOSTO DE RENDA incidente sobre a aquisição em tela, devendo o credor efetuar o devido destaque da retenção nas notas fiscais, conforme consta na IN da RFB n.º 1334/2013 e seu anexo I, como condição para recebimento dos valores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - FORO - As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Frutal/MG; com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelas representantes das partes, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, e pelas testemunhas abaixo.

Fronteira/MG; ____ de _____ de 2026.

MUNICIPIO DE FRONTEIRA
SÉRGIO PAULO CAMPOS
Prefeito Municipal

CONTRATADA

ELIANA APARECIDA DE FREITAS
Gestora do Contrato Administrativo

ANA GABRIELA DA SILVA GOMES
Fiscal do Contrato Administrativo

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO III MINUTA DA PROPOSTA ATUALIZADA

PROCESSO Nº 0033444

DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA EXIBIÇÃO DE CINEMA ITINERANTE AO AR LIVRE, A SER REALIZADA DURANTE A CAMPANHA COM O TEMA “TRABALHO INFANTIL”, VINCULADA ÀS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – AEPETI.

Número do Aviso de Contratação Direta:					
Órgão comprador:					
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	MARCA / MODELO	Vr. Unitário	Vr. Total
01					
Prazo de validade da proposta (em dias, conforme estabelecido no Aviso de Contratação Direta):					
<p>DECLARAMOS QUE: DECLARAMOS QUE:</p> <p>() Estamos ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos, cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Aviso de Contratação Direta e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a minha habilitação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posterior;</p> <p>() A proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;</p> <p>() Não incorremos nas condições impeditivas do art. 9º, §1º da Lei Federal nº 14.133/21.</p> <p>() Estamos enquadrados como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos conhecemos na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.</p>					
Data:					



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

PROCESSO Nº 0033444

DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA EXIBIÇÃO DE CINEMA ITINERANTE AO AR LIVRE, A SER REALIZADA DURANTE A CAMPANHA COM O TEMA “TRABALHO INFANTIL”, VINCULADA ÀS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – AEPETI.

A empresa _____, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não emprega em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menor de 18 (dezoito) anos ou em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

_____ de _____ 20XX.

Representante Legal: _____

Cargo: _____

Assinatura do Declarante e o Carimbo do CNPJ da Licitante



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO V

MINUTA DA DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS PCD

PROCESSO Nº 0033444

DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA EXIBIÇÃO DE CINEMA ITINERANTE AO AR LIVRE, A SER REALIZADA DURANTE A CAMPANHA COM O TEMA “TRABALHO INFANTIL”, VINCULADA ÀS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – AEPETI.

A empresa _____, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], **DECLARA** para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência – PcD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII da Lei nº 14.133/2021.

_____, ____ de _____ de 2025.

Assinatura do representante da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



ANEXO VI

MINUTA DA DECLARAÇÃO PROPOSTA ECONÔMICA INTEGRA CUSTOS PARA ATENDIMENTO DE DIREITOS TRABALHISTAS.

PROCESSO Nº 0033444

DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA EXIBIÇÃO DE CINEMA ITINERANTE AO AR LIVRE, A SER REALIZADA DURANTE A CAMPANHA COM O TEMA “TRABALHO INFANTIL”, VINCULADA ÀS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – AEPETI.

A empresa _____, endereço completo, inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], DECLARA para todos fins que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

_____, _____ de _____ de 2026.

Assinatura



PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRA



AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

**DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO
ART. 75, INCISO II, LEI FEDERAL N.º 14.133/2021**

EXCLUSIVO PARA MEI, ME, EPP

PROCESSO Nº 0033444

DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

A Prefeitura Municipal de Fronteira torna público que às 08h00min do dia 12 de junho de 2026, fará realizar através da **LICITANET** através do site www.licitanet.com.br, Dispensa Eletrônica de Licitação, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA EXIBIÇÃO DE CINEMA ITINERANTE AO AR LIVRE, A SER REALIZADA DURANTE A CAMPANHA COM O TEMA “TRABALHO INFANTIL”, VINCULADA ÀS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – AEPETI.

O Aviso de Dispensa de Licitação encontra-se disponível no site oficial do Município www.frenteira.mg.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Agente de Contratação, no endereço acima referido. Telefone 34-3199 - 9990 - Ramal - 1413.

FRONTEIRA, 09 de junho de 2026.

YARA FERNANDA CARVALHO

Gestora Municipal de Assistência Social e Promoção Humana